

Forma de Nomeação e remuneração do Administrador Judicial e Administrador Judicial Provisório

15 de Outubro de 2018

www.causaefeito.pt

www.jorgecalvete.pt

Jorge Calvete



Forma de nomeação e remuneração do Administrador Judicial e Administrador Judicial Provisório

Notas prévias:

- Os Administradores Judiciais constam de lista oficial e são atualmente 354;
- 277 transitaram das anteriores funções de Gestores e Liquidatários Judiciais e em 2014 entraram 77 novos profissionais;
- Durante 10 anos, de 2004 a 2014, não houve novos ingressos e atualmente não está previsto nenhum concurso;
- O País está dividido por 23 zonas (comarcas) e pode haver inscrição na totalidade ou em parte;
- A formação dominante é Direito (30%) e Economia (60%), mas existem Administradores Judiciais com outras formações académicas (10%);
- Existe uma entidade estatal reguladora da atividade.

1. Nomeação de Administrador Judicial e Administrador Judicial Provisório

- A nomeação compete sempre ao Juiz.
- O Juiz pode ter em conta indicação feita pelo requerente, seja o devedor ou o credor em processos que:
 - a) possa haver atos de gestão com necessidade de conhecimentos especiais;
 - b) A sociedade esteja em relação de grupo para ser o mesmo profissional;
 - c) A sociedade tenha estabelecimento em funcionamento;
 - d) Processos de especial complexidade;
- Até 2013 o juiz raramente não atendia a indicação do devedor ou do credor.
- Desde 2013 foi consagrado no Estatuto, o direito de distribuição equitativa de processos, com recurso à nomeação por meios eletrónicos.
- As nomeações aleatórias têm causado diversa controvérsia, tanto no seio dos Administradores Judiciais, como dos juízes e até dos próprios credores, que não apoiam
Há grandes diferenças entre os profissionais da classe, que tem uma média de idade que ronda os 60 anos, desde a formação académica, passando pela capacidade de gestão e negociação, eficácia, profissionalização, formação das equipas de trabalho, dedicação, exclusividade, disponibilidade, etc.
- Há contudo a possibilidade de haver substituição de Administrador Judicial na Assembleia de Credores, desde que haja maioria de votos emitidos e votantes, o que tem acontecido com frequência desde 2013.
- Aumentaram também, de forma significativa desde 2013, os casos de destituição de Administrador Judicial.

2. Funções e Remuneração



1. Administrador Judicial

Na liquidação:

Remuneração fixa de 2.000€ acrescida de 500€ de provisão para despesas, metade na data de nomeação e metade após 6 meses.

Remuneração variável em função do produto da liquidação e % de recuperação, com máximo 50.000€ (exceções em processos de especial complexidade).

Recebimento no final do Processo.

Em Plano de Insolvência

Remuneração fixa igual

Remuneração variável em função da satisfação dos credores, com máximo de 50.000€, paga 50% após aprovação e 50% dois anos após desde que haja cumprimento do Plano.

Se for atribuída Gestão da empresa

Fixada pelo juiz e após, pela Comissão de Credores. Recebimento mensal.

Se for incumbido da elaboração do Plano de Insolvência

Fixada pela Assembleia de Credores, recebimento acordado com devedor.

2. Administrador Judicial Provisório em PER

Supostamente a remuneração fixa é determinada pelo Juiz e a remuneração variável é calculada com base em portaria. Há contudo quem entenda que não há portaria e por isso não há direito a remuneração variável!

É frequente o juiz fixar remuneração global, como também é prática haver acordo entre o devedor e o Administrador Judicial Provisório, comunicando ao tribunal e aos credores.

Muita confusão e muito critério diferenciado nesta remuneração!

3. Administrador Judicial Provisório nomeado em medida cautelar

Remuneração fixada pelo Juiz e paga mensalmente.

Forma de Nomeação e remuneração do Administrador Judicial e Administrador Judicial Provisório

15 de Outubro de 2018

www.causaefeito.pt

www.jorgecalvete.pt

Jorge Calvete

